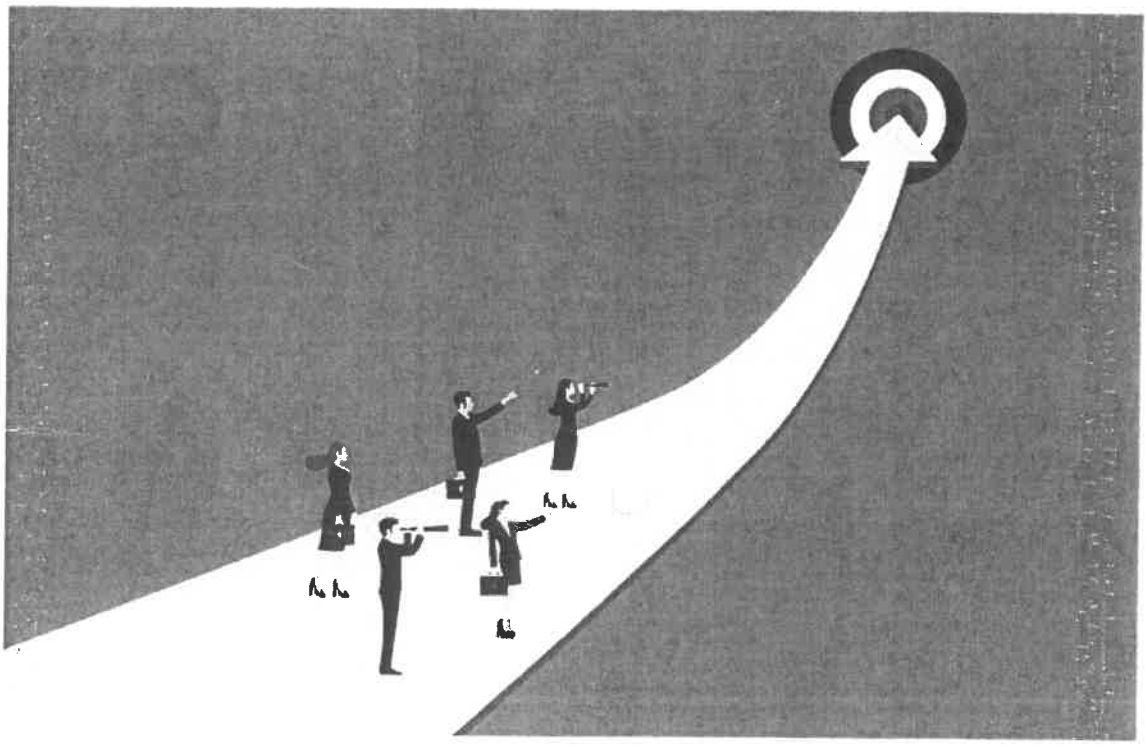
31 de MARÇO de 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena



"O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário."

ALBERT EINSTEIN

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5.032.879 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.150.135 euros, incluindo um resultado líquido de 192.848 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

PKF

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais:

Lisboa, 29 de março de 2022

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 / CMVM n.º 20161310)

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

PKF & Associados – SROC, Lda.
Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 – 4º, Letras H e O
1050-094 Lisboa

Ribeira de Pena, 28 de março de 2022

Exmos. Senhores,

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame às Demonstrações Financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais evidenciam um total de balanço de 5.032.879 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.150.135 euros, incluindo um resultado líquido de 192.848 euros:

1. As demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Entidade, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Entidade.

2. Os pressupostos significativos utilizados nas estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.

3. Não temos conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2021, para além dos que foram divulgados no Anexo, que justifiquem ajustamentos nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período então findo, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afectando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Entidade, os seus resultados e/ou as suas atividades.

4. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras.

5. Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade com reflexo nas contas e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respectivas actas, bem como todos

os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respectiva documentação relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

6. Foi-vos dado acesso sem restrições às pessoas da entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.

7. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante a normal e razoável formação dos preços.

8. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou à divulgação de passivos contingentes.

9. A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

10. Confirmamos que procedemos a uma avaliação do risco das demonstrações financeiras conterem distorções materiais em resultado de fraude e acreditamos que o risco é baixo. Não temos conhecimento de quaisquer fraudes, alegações de fraude ou suspeitas de fraude que afetem a Entidade, envolvendo a Mesa Administrativa e empregados que desempenhem um papel significativo no controlo interno ou quaisquer outros onde a fraude pudesse ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, nem temos conhecimento de qualquer situação desta natureza que afecte as demonstrações financeiras e que tenha sido comunicada por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.

11. Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, dispomos de um sistema de controlo interno adequado e os nossos empregados encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria. Até à presente data não ocorreram situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

12. A Entidade é titular de todos os bens que integram o seu activo e todos eles estão isentos de quaisquer ónus ou encargos.

13. Todo o passivo da Entidade de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a

compromissos, responsabilidades contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respectivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.

14. Confirmamos que a Entidade (i) não entrou em acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares, (ii) não entrou em acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço, (iii) não entrou em acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Entidade e (iv) não prestou garantias verbais e outros contratos tais como compromissos resultantes de contratos de futuros ou outros derivados que sejam realizados para outros efeitos que não o de cobertura de risco.

15. Fizemos uma avaliação cuidadosa da necessidade de constituição de provisões e excepto quanto às eventuais provisões registadas, não temos conhecimento de outras contingências que possam gerar encargos futuros para a Entidade.

16. Confirmamos que não encarregámos outros advogados, para além da firma "Domingos Dias & Associados Sociedade de Advogados, R.L.", de quaisquer processos em que a Entidade seja parte.

17. Consideramos que o valor pelo qual se encontram registados os Inventários e as Contas a receber é inferior ao seu valor realizável líquido, determinados com base em critérios de análise e avaliação numa óptica comercial, pelo que não existe necessidade de reconhecer qualquer ajustamento por perda de imparidade para além dos que se encontram registados nas demonstrações financeiras.

18. Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras. Confirmamos que a firma tem capacidade para continuar a deter os investimentos com características de longo prazo.

19. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade.

20. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras e encontram-se devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respectiva.

21. Os prejuízos de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

22. Não é do nosso conhecimento a existência de qualquer impedimento ou limitação de natureza legal ou fiscal ao desenvolvimento da atividade da Entidade.

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

23. Todas as facturas/notas de débito emitidas e recebidas, com referência ao exercício de 2021, correspondem a proveitos e custos efectivamente ocorridos no exercício e com correspondência com a atividade desenvolvida.
24. Toda a documentação constante dos registos contabilísticos cumpre os requisitos legais.
25. Todos os movimentos registados ao longo do exercício correspondem a fluxos financeiros reais e autênticos, resultantes de operações legítimas efectuadas.
26. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos,

O responsável pela Contabilidade

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reunido aos vinte e nove dias de março do ano de 2022, o Conselho Fiscal da entidade denominada "Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena", com o propósito de se pronunciar sobre o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2021. Após terem sido efetuados diversos testes é nossa opinião que as contas e o Relatório estão em conformidade com a legislação em vigor, pelo que as contas devem ser aprovadas e os resultados obtidos no valor de 192 847,61€ devem ser aplicados em resultados transitados na sua totalidade.

Ribeira de Pena, 29 de Março de 2022

O Presidente do Conselho Fiscal

(Nuno André Pereira Ferreira, Dr.)

1º Vogal

(Francisco Alves Meireles)

2º Vogal

(António José Fernandes Frazão)

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2021

O presente Relatório visa espelhar de um modo geral a actividade física e financeira desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena no ano 2021.

Apesar das inúmeras dificuldades sentidas, o ano 2021, à semelhança do ano transato ficará também conhecido como mais um ano exemplar no que respeita ao resultado líquido positivo alcançado. Isto porque, no que respeita a valores contabilísticos, a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena teve rendimentos no valor de 2.304.839,39€ e gastos no valor de 2.111.991,78€, obtendo assim, um resultado líquido positivo de 192.847,61€, conforme se poderá verificar na informação financeira em anexo, nomeadamente, balanço, demonstração de resultados e outros documentos.

No setor solidário e social, um resultado líquido positivo de 192.847,61€ é, certamente, consequência de uma gestão criteriosa, cautelosa, exigente e muito rigorosa por parte da Mesa Administrativa, a quem competiu decidir sobre determinadas mudanças e continuar a implementar novas medidas e regras, que se traduziram em dois principais objetivos, nomeadamente, garantir o bom funcionamento de todas as respostas sociais e melhorar a qualidade do serviço prestado a todos os utentes, com recurso a uma redução da despesa e a um aumento da receita.

Não menos importante foi o facto da Santa Casa da Misericóridia de Ribeira de Pena ter dado continuidade à implementação de diversas medidas identificadas no plano de restruturação elaborado pela União das Misericórdias Portuguesas, as quais de forma faseada e cautelosa foram sendo implementadas.

No decorrer do ano 2021 a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena recebeu o Relatório da Inspeção realizada pelos Serviços de Fiscalização do Norte da Segurança Social que havia sido iniciada no ano 2020, na sequência de uma queixa anónima, e apresentou a devida contestação, por ser infundada e não corresponder à verdade, aguardando pelo desfecho final.

Foi com muita satisfação e regozijo que a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena recebeu a sentença judicial que absolveu de todas e quaisquer acusações a instituição, o seu Provedor e alguns trabalhadores que foram constituídos arguidos num outro processo de inspeção que ocorreu no ano 2014, também este fruto de uma queixa anónima...

Devido às medidas de apoio implementadas pelo Governo para atenuar as dificuldades e prejuízos provocados pela Covid-19, apenas foi restituída uma prestação de 35.000,00€ ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, ficando ainda em dívida o montante de 190.000,00€.

Fruto do trabalho desenvolvido, o passivo da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena, no ano corrente, diminuiu em 110.548,91€.

Ora, estes factos comprovam que, com esforço e vontade é perfeitamente possível inverter a situação de debilidade económica e financeira que assombrou a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena durante alguns anos, bem como demonstra o seu potencial em termos de sustentabilidade e de futuro.

Com base nestes resultados entendemos, haver ainda muito a fazer pelo que no ano corrente, esta instituição deve continuar a trabalhar com o mesmo rigor e seguir as mesmas linhas de orientação dos anos transatos.

De salientar também, a árdua batalha com que a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena se tem debatido para defender o bom nome da instituição e zelar, em primeira instância, pelo interesse dos seus utentes e trabalhadores em geral. Razão esta que tem estado e continuará a estar em prol de todos os objectivos definidos e alcançados, até porque, mesmo com todas as adversidades criadas, o trabalho social desenvolvido tem estado sempre à vista de todos aqueles que, com boa fé, têm tido a oportunidade de o observar.

Por tudo isto, é com enorme responsabilidade e espírito de missão que a Mesa Administrativa se compromete a exercer as suas funções com o máximo de rigor, de transparência e de respeito, pautando sempre pelo cumprimento de toda e qualquer matéria legal relacionada com os assuntos da sua competência.

Por último, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena agradece, reconhecidamente, a todos aqueles que colaboraram com a Instituição, em especial, aos restantes membros dos Órgãos Sociais, Irmãos, Utentes e Familiares, Colaboradores em geral e Prestadores de Serviço, os quais de forma direta ou indireta, muito contribuíram para o resultado positivo obtido no ano 2021.

Este Relatório irá acompanhar os restantes documentos contabilísticos a remeter ao Conselho Fiscal para a sua apreciação.

Ribeira de Pena, 24 de março de 2022

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA

Anexo

28 de março de 2022

© F3M – Information Systems, SA

Índice

1 Identificação da Entidade 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 5
3 Principais Políticas Contabilísticas 5
3.1 Bases de Apresentação 5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 12
5 Activos Fixos Tangíveis 12
6 Activos Intangíveis 14
7 Locações 15
8 Custos de Empréstimos Obtidos 15
9 Inventários 15
10 Rédito 16
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 16
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo 16
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 16
14 Imposto sobre o Rendimento 17
15 Benefícios dos empregados 17
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 17
17 Outras Informações 17
17.1 Investimentos Financeiros 18
17.2 Clientes e Utentes 18
17.3 Outras contas a receber 18
17.4 Diferimentos 18
17.5 Outros Activos Financeiros 18
17.6 Caixa e Depósitos Bancários 19
17.7 Fundos Patrimoniais 19
17.8 Fornecedores 19
17.9 Estado e Outros Entes Públicos 19
17.10 Outras Contas a Pagar 20
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração 20
17.12 Fornecimentos e serviços externos 20
17.13 Outros rendimentos e ganhos 20
17.14 Outros gastos e perdas 21

© F3M – Information Systems, SA

17.15 Resultados Financeiros.....21
17.16 Acontecimentos após data de Balanço.....21

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com registo lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 01/90 a fls. 80, do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República n.º402/85 de 11 de Outubro aprovado pela Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, com sede em LUGAR DO CAVALINHO – RIBEIRA DE PENA. Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceber bens e desenvolver atividades de intervenção social, prestando serviços e outras iniciativas do bem- estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, designadamente:

a) Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças jovens em perigo;
b) Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
c) Apoio à família e comunidade em geral;
d) Apoio à integridade social e comunitária;
e) Proteção Social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
f) Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviço de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamento de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demência, bem como aquisição e fornecimento de medicamento e assistência medicamentosa;
g) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
h) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulher;
i) Habitação e turismo social;
j) Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, que contribuam e para a efectivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da Instituição.
k) Realizar as atividades, nomeadamente, através das respostas sociais de Creche, Infantário, Educação Pré-Escolar, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), Unidade de Cuidados Intensivos de Média e Longa Duração (UCIMLD), Lares Residenciais para Deficientes, Cantinas Sociais, Programas de Desenvolvimento Local (CLDS) podendo, para o efeito realizar Acordos de Cooperação com entidades Governamentais ou outras, nos termos legais.
l) Pode ainda a Instituição prosseguir qualquer outa atividade através de respostas sociais, existentes ou que possam vir a ser criadas, que caibam no âmbito das suas atribuições gerais, supra referidas e nos termos legais.

© F3M – Information Systems, SA

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se

© F3M – Information Systems, SA

relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

© F3M – Information Systems, SA

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido aplicadas as taxas mínimas do método das quotas constantes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	12
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de compra, sendo que, a existir, se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

© F3M – Information Systems, SA

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método não constante/ano civil em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	10

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao preço do custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o método FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

© F3M – Information Systems, SA

As quotas, donativos e outras ajudas similares provenientes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros, encontram-se registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

O saldo das contas "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontra-se registado pelo seu valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, as situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativo não Corrente.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

© F3M – Information Systems, SA

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

© F3M – Information Systems, SA

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos

© F3M – Information Systems, SA

diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2020					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final

© F3M – Information Systems, SA

Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 210 808.32	0.00	0.00	0.00	0.00	5 210 808.32
Equipamento básico	849 230.34	6 531.15	0.00	0.00	0.00	855 761.49
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	12 400.00	0.00	0.00	154881.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	108 641.07	0.00	0.00	0.00	0.00	108 945.26
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 348 588.15**	**6 531.15**	**12 400.00**	**0.00**	**0.00**	**6 343 023.49**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	997 199.53	52 073.20	0.00	0.00	0.00	1 049 272.73
Equipamento básico	704 604.58	11 671.11	0.00	0.00	0.00	716 275.69
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	12 400.00	0.00	0.00	154 881.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	114 607.55	2 716.39	0.00	0.00	0.00	117 323.94
Ferramentas e Utensílios	72 879.04	4 488.48	0.00	0.00	0.00	77 367.52
Outros Activos fixos tangíveis	12 619.42	7.59	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**2 069 191.53**	**70 956.77**	**12 400.00**	**0.00**	**0.00**	**2 127 748.30**

	2021					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 210 808.32	0.00	0.00	0.00	0.00	5 210 808.32
Equipamento básico	855 761.49	5 036.85	0.00	0.00	0.00	860 798.34
Equipamento de transporte	154881.41	30 150.00	0.00	0.00	0.00	185031.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	108 945.26	1 695.66	0.00	0.00	0.00	110 640.92
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 343 023.49**	**36 882.51**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**6 379 906.00**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	1 049 272.73	52 073.20	0.00	0.00	0.00	1 101 345.93
Equipamento básico	716 275.69	8096.47	0.00	0.00	0.00	724 372.16
Equipamento de transporte	154 881.41	6020.00	0.00	0.00	0.00	160 901.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	117 323.94	2220.10	0.00	0.00	0.00	119 544.04
Ferramentas e Utensílios	77 367.52	99.10	0.00	0.00	0.00	77 466.62
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01

© F3M – Information Systems, SA

Total	**2 127 748.30**	**68 508.87**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**2 196 257.17**

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2020						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	**15 347.78**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**15 347.78**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	12 928.78	492.00	0.00	0.00	0.00	13 420.78
Total	**12 928.78**	**492.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**13 420.78**

2021						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	**15 347.78**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**15 347.78**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

© F3M – Information Systems, SA

Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	13 420.78	492.00	0.00	0.00	0.00	13 912.78
Total	**13 420.78**	**492.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**13 912.78**

7 Locações

A Entidade não detém qualquer locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2020			2021		
Descrição	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**
Empréstimos Bancários	0.00	1 964 091.31	1 964 091.31	0.00	2 264 208.46	2 264 208.46
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	34 000.00	0.00	34 000.00	0.00	0.00	0.00
Contas Bancárias de Factoring	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas bancárias de letras descontadas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Empréstimos	0.00	225 000.00	225 000.00	0.00	190 000.00	190 000.00
Total	**34 000.00**	**2 189 091.31**	**2 223 091.31**	**0.00**	**2 454 208.46**	**2 454 208.46**

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2020				2021		
Descrição	**Inventário inicial**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14 442.24	252 009.09	0.00	22 505.56	244 374.12	0.00	17 941.83

© F3M – Information Systems, SA

Produtos acabados e intermédios	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	**14 442.24**	**252 009.09**	**0.00**	**22 505.56**	**244 374.12**	**0.00**	**17 941.83**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				**243 945.77**			**248 937.85**
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2021
Vendas	45.14	480.64
Quotas de utilizadores	606 520,75	619 228.55
Quotas e jóias	1 680.00	2 510.00
Serviços Secundários	5 385.28	2 393.01
Subsídios, doações e legados à exploração	1 536 231.79	1 513 737.63
Outros rendimentos e ganhos	147 948.56	166 489.56
Juros	0.00	0.00
Total	**2 290 518.46**	**2 304 839.39**

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2021
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	1 210 399.69	1 170 088.15
Fundo de Socorro Social	0.00	0.00
Subsídio de outras entidades	325 832.50	343 649.48
Apoios do Governo		
Total	**1 536 232.19**	**1 513 737.63**

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

© F3M – Information Systems, SA

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2021, foram, respetivamente 11. No dia 15-12-2018 realizaram-se eleições para eleger os Corpos Sociais da Instituição para o Quadriénio 2019/2022. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 116 e em 31/12/2021 foi de 114.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2021
Remunerações aos Orgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	1 141 251.33	1 167 772.35
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	8 888.26	1 518.74
Encargos sobre as Remunerações	236 015.66	240 318.97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13357.82	14 931.94
Gastos de Acção Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	14 244.06	17 305.03
Total	**1 413 757.13**	**1 441 847.03**

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

© F3M – Information Systems, SA

17.1 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros nos Fundos de Compensação totalizam o montante de 3 071.10

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	58 367.60	86 415.03
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Total	**58 367.60**	**86 415.03**

17.3 Outras contas a receber e a pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" sub conta Devedores e Credores por acréscimos de gastos e rendimentos tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2021
Remunerações a Liquidar	145 666.66	147 835.62
Fornecimentos e Serviços	6 856.68	2 732.12
Encargos sobre Remunerações	32 483.67	32967.34
Juros	442.12	718.81
Devedores por acréscimos de rendimentos	47 820.38	52 300.61

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2021
Gastos a Reconhecer		
	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Rendimentos a Reconhecer		
	40 970.14	40 970.14
Total	**40 970.14**	**40 970.14**

17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

© F3M – Information Systems, SA

Descrição	2020	2021
Crédito Agrícola	500.00	500.00
Total	500.00	500.00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020 e 2021 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2021
Caixa	606.71	268.35
Depósitos à ordem	449.21	10 472.05
Depósitos a prazo	0.00	0.00
Outros	0.00	0.00
Total	**1055.92**	**10 740.40**

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	62 848.54	0.00	0.00	62 848.54
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	815 928.16	0.00	0.00	815 928.16
Resultados transitados	-562 530.09	0.00	239 113.63	-323 416.46
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 485 010.35	0.00	0.00	1 401 926.72

562233.81-

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Fornecedores c/c	236 223.36	118 786.15
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0.00	0.00
Total	**236 223.36**	**118 786.15**

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-2351.68	-755.69
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	**-2351.68**	**-755.69**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00

© F3M – Information Systems, SA

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	5 515.00	11 305.30
Segurança Social	86 489.79	28 515.88
Outros Impostos e Taxas	-1419.19	-2 448.80
Total	**88 233.92**	**36 616.69**

17.10 Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	**0.00**		**0.00**	
Remunerações a pagar	0.00	176 250.53	0.00	1 651.08
Cauções	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00	0.00	0.00
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	0.00
Fornecedores de Investimentos	0.00	**0.00**	0.00	10 396.60
Credores por acréscimo de gastos	0.00	**0.00**	0.00	**0.00**
Outros devedores e credores	0.00	**627 683.49**	0.00	**622 689.48**

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 536 321.79	1 513 737.63
Subsídios de outras entidades	0.00	0.00
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	**1 536 321.79**	**1 513 737.63**

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2020	2021
Subcontratos	60.44	0.00
Serviços especializados	165 267.20	127 450.34
Materiais	6 860.31	6 862.68
Energia e fluidos	71 675.67	91 241.91
Deslocações, estadas e transportes	452.84	444.26
Serviços diversos	52295.75	43 866.07
Total	**296 612.21**	**269 865.26**

17.13 Outros rendimentos

© F3M – Information Systems, SA

A rubrica de "Outros rendimentos "encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Rendimentos Suplementares	2 032.04	4 109.67
Descontos de pronto pagamento obtidos	328.96	625.93
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	71.04	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	700.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	144 816.52	161 753.96
Total	**147 948.56**	**166 489.56**

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Impostos	260.75	186.56
Descontos de pronto pagamento concedidos	-101.89	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	7 586.50	8 174.52
Ações de Formação financiadas pelo F.S.E e outros	0.00	0.00
Total	**7 745.36**	**8 361.08**

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	26 426.84	79 004.03
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	**26 426.84**	**79 004.03**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Resultados Financeiros	**-26 426.84**	**-79 004.03**

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

© F3M – Information Systems, SA

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

RIBEIRA DE PENA, 28 de março de 2022

A Contabilista Certificada n.º 84893

A Mesa Administrativa

© F3M – Information Systems, SA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS 2021	DATAS 2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 035 907,23	1 083 607,17
Pagamentos de subsídios		-1 037 403,03	-992 011,64
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		317 499,51	595 004,06
Pagamentos ao pessoal		1 365 146,71	1 291 561,12
Caixa gerada pelas operações		390 664,04	189 053,63
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-30,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-379 782,44	-395 481,36
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		10 851,60	-206 427,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		151 565,04	127 478,55
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		434,27	445,91
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-151 999,31	-127 924,46
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-207 121,21	-343 450,32
Juros e gastos similares		21 289,02	8 854,02
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		35 000,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		150 832,19	334 596,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		9 684,48	244,11
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		1 055,92	811,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10 740,40	1 055,92

A Direcção

O Responsável

Elisa Martins

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501404007
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 183 648,83	4 215 275,19
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		1 435,00	1 927,00
Investimentos financeiros		4 079,29	2 587,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 189 163,12	4 219 789,95
Activo corrente			
Inventários		17 941,83	22 505,56
Créditos a receber		86 415,03	58 367,60
Estado e outros entes públicos		3 204,49	3 770,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		725 414,13	728 470,31
Caixa e depósitos bancários		10 740,40	1 055,92
		843 715,88	814 170,26
Total do ativo		5 032 879,00	5 033 960,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		62 848,54	62 848,54
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		815 928,16	815 928,16
Resultados transitados		-323 416,46	-562 233,81
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 401 926,72	1 485 010,35
		1 957 286,96	1 801 553,24
Resultado líquido do período		192 847,61	239 113,63
Total dos fundos patrimoniais		2 150 134,57	2 040 666,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		2 264 208,46	1 964 091,31
Outras dívidas a pagar		190 000,00	225 000,00
		2 454 208,46	2 189 091,31
Passivo corrente			
Fornecedores		118 786,15	236 223,36
Estado e outros entes públicos		39 821,18	92 004,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	34 000,00
Diferimentos		40 970,14	40 970,14
Outros passivos correntes		228 958,50	401 003,74
		428 535,97	804 202,03
Total do passivo		2 882 744,43	2 993 293,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 032 879,00	5 033 960,21

A Direcção

O responsável

Elisa Martins

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501404007
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 183 648,83	4 215 275,19
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		1 435,00	1 927,00
Investimentos financeiros		4 079,29	2 587,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 189 163,12	4 219 789,95
Activo corrente			
Inventários		17 941,83	22 505,56
Créditos a receber		86 415,03	58 367,60
Estado e outros entes públicos		3 204,49	3 770,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		725 414,13	728 470,31
Caixa e depósitos bancários		10 740,40	1 055,92
		843 715,88	814 170,26
Total do ativo		5 032 879,00	5 033 960,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		62 848,54	62 848,54
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		815 928,16	815 928,16
Resultados transitados		-323 416,46	-562 233,81
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 401 926,72	1 485 010,35
		1 957 286,96	1 801 553,24
Resultado líquido do período		192 847,61	239 113,63
Total dos fundos patrimoniais		2 150 134,57	2 040 666,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		2 264 208,46	1 964 091,31
Outras dívidas a pagar		190 000,00	225 000,00
		2 454 208,46	2 189 091,31
Passivo corrente			
Fornecedores		118 786,15	236 223,36
Estado e outros entes públicos		39 821,18	92 004,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	34 000,00
Diferimentos		40 970,14	40 970,14
Outros passivos correntes		228 958,50	401 003,74
		428 535,97	804 202,03
Total do passivo		2 882 744,43	2 993 293,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 032 879,00	5 033 960,21

A Direcção

O responsável

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA **Contribuinte: 501404007**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 **Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		624.612,20	613.631,17
Subsídios, doações e legados à exploração		1.513.737,63	1.536.231,79
Subsídios das Entidades Públicas		1.507.822,63	1.536.231,79
ISS, IP - Centros Distritais		1.152.956,14	1.183.404,92
ISS, IP - Apoios excecionais e extra		17.132,01	26.994,37
Outras entidades públicas		337.734,48	325.832,50
Subsidios de outras entidades		5.915,00	0,00
Doações e heranças		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		243.913,51	242.707,58
Fornecimentos e serviços externos		269.865,26	296.612,21
Gastos com o pessoal		1.441.847,03	1.413.757,13
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		166.489,56	147.948,56
Outros gastos		8.361,08	7.745,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**340.852,51**	**336.989,24**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		69.000,87	71.448,77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**271.851,64**	**265.540,47**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		79.004,03	26.426,84
Resultados antes de impostos		**192.847,61**	**239.113,63**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**192.847,61**	**239.113,63**